

**MEMÓRIAS (NÃO) HEGEMÔNICAS  
E INTERAÇÕES CULTURAIS  
NO CORDEL DO BRASIL<sup>50</sup>**

*Maria Isaura Rodrigues Pinto* (UERJ)  
[m.isaura27@gmail.com](mailto:m.isaura27@gmail.com)

**RESUMO**

A ideia central que mobiliza este estudo é a de que nas culturas coexistem memórias que mantêm entre si relações diversas, harmoniosas ou tensas em diferentes graus. Posto isso, levando em conta o contexto das relações econômicas e de poder da sociedade colonial em que a literatura de cordel do Brasil foi formada, busca-se refletir sobre essa produção literária como lugar de “memória social” (GONDAR & DODEBEL, 2005), atravessada por ecos de uma memória oficial – que tem como referência a cultura do colonizador – e de outras memórias não hegemônicas – sobretudo as das culturas indígenas, africanas e de colonos/imigrantes pobres – as quais produzem, transmitem e conservam lembranças de práticas discursivas desprestigiadas e/ou silenciadas pelos discursos instituídos e pelas representações predominantes.

**Palavras-chave:** Memória. Cultura. Cordel.

---

<sup>50</sup> Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no *Simpósio Memória e Literatura: dimensões dialógicas*, durante o XIV Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada, na UFPA, em 2015.

## 1. O conceito de “memória social”

O papel do historiador é justamente tentar “desnaturalizar” as construções da memória oficial, desconfiar das narrativas triunfantes e conciliadoras e buscar revelar, mesmo à custa de algum mal-estar, as redes de poder, as relações de imposição, os processos de ocultamento e com isso trazer à tona toda a dimensão política dos processos de construção e divulgação das memórias sociais. (ARAÚJO; FERNANDES, 2006, p. 9)

Embora a epígrafe utilizada faça referência ao âmbito da história, mostra-se adequada para ressaltar questões da esfera do literário das quais este trabalho pretende se ocupar, já que se tem aqui o propósito de, levando em conta o contexto das relações econômicas e de poder da sociedade colonial em que a literatura de cordel foi formada, refletir sobre essa produção artística como lugar de memória social atravessada por ecos de uma memória oficial (que tem como referência a cultura do colonizador) e de outras memórias não hegemônicas (sobretudo, as das culturas indígenas, africanas e de colonos/imigrantes pobres), as quais conservam e transmitem lembranças de práticas discursivas desprestigiadas e silenciadas pelos discursos oficiais e pelas representações dominantes, o que é, em síntese, desenvolver uma reflexão teórica que dá a ver questões ideológicas inerentes à memória construída e divulgada pelo discurso instituído.

Segundo Jô Gondar e Vera Dodebei (2005), a formulação de um conceito de “memória social” é uma tarefa complexa. Nesse sentido, ao fazerem a apresentação do livro *O Que É Memória Social?*, esclarecem que a interrogação presente no seu título “ênfatiza o problema mais do que sua solução”, contudo, como frisam, isso não impede que os vários autores da publicação busquem encontrar respostas para a indagação apresentada. Na coletânea, os moldes clássicos de conceituação da memória social, “sob uma forma simples, imóvel e uní-

voca", dão lugar a "um conceito complexo, inacabado, em permanente processo". Esse é o pressuposto geral que fundamenta a obra e justifica o nome que lhe foi atribuído. A diretriz adotada é a de problematização do território aberto do qual emergem os conceitos, o que leva a ver a memória "inserida em um campo de lutas e de relações de poder, configurando um contínuo embate entre memória e esquecimento". (2005, p. 7)

Em conformidade com essa ideia, no artigo "Memória social: solidariedade orgânica e disputa de sentidos", que integra a produção mencionada, Nilson Alves Moraes, afirma:

Importa para a compreensão do campo da memória social, que ela – ao contrário do que foi proposto pelo pensamento dos "fundadores do campo", como Halbwachs & Bergson – não é um espaço ou produtor de relações societárias solidárias, estáveis e imutáveis. A memória social é um vigoroso, complexo e tenso campo de disputa de sentidos em que a mobilização e a circulação dos discursos e representações são utilizadas com intensidade e possibilidades diferentes. (HALBWACHS & BERGSON 2005, p. 92)

Convém sublinhar, ainda na esteira de Gondar, que a concepção de memória enquanto construção social é recente. Alinhada aos pressupostos da modernidade, tem início no século XIX, quando o interesse da ciência e da filosofia – abrindo mão de uma referência de tempo caracterizada por uma dimensão infinita, presa à ideia de eternidade divina – centra-se na categoria de sujeito com sua finitude, seus limites e seus valores sociais (2005, p.19). Com efeito, a compreensão do tempo como finito puxou as reflexões sobre a memória para a consideração de fatores sociais. Gondar chama a atenção para o fato de que "A partir desse período, encontramos autores que privilegiam a dimensão processual dessa construção, enquanto outros enfatizam o que a construção foi capaz de realizar" (2005, p. 21). Nesse sentido, coloca que Maurice Halbwachs,

responsável pela fundação oficial da disciplina, em *A memória coletiva* (1997), é partidário da última posição, visto que deixa de lado as condições processuais da produção da memória. Nos termos de Gondar:

não trabalha as relações de afrontamento entre os diversos caminhos e na geração de cada um deles [...], importando mais a integração das diferenças que seu confronto, mais o construído que os embates e as instabilidades da construção. (GONDAR, 2005, p. 21)

No final do século XIX e início do século XX, por meio da contribuição de vários autores, entre eles Friedrich Nietzsche, Henri Bergson e Sigmund Freud, o caráter processual da memória ganha ênfase. Nos debates hoje em curso, embora não se possa chegar a uma conceituação taxativa, a concepção de memória, em geral, pressupõe um processo resultante de jogos de forças, envolvendo disputas pela imposição de interesses que se alteram na busca do engendramento de legitimidades alicerçantes das diferentes formas de conservação e transformação que estruturam o mundo (2005, p. 21). Não há, portanto, uma única e verdadeira memória, bem como não existem memórias imparciais. Toda memória é produzida dentro de uma dada perspectiva, implicando uma tomada de posição, uma escolha de ponto de vista, juízos de valor e seleções de fatos que serão lembrados ou esquecidos. Por essas razões, a memória assume, reconhecidamente, um caráter político, histórico e sociocultural.

Nesse sentido, Jacques Le Goff, no seu livro *História e Memória*, chama atenção para o fato de que “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas” (*apud* MORAES, 2005, p. 94). A memória pode ser pensada, portanto, como espaço de disputa entre atores sociais, que estão envolvidos na recuperação e no registro de acontecimentos do passado. No interior dessa disputa, são estabelecidos mecanismos de reconstrução da memó-

ria, que engendram formas de lembrar e esquecer, colocadas a serviço da elaboração intencional de representações do passado recuperado.

Em consonância com esses fatores, definidores da natureza ideológica da memória, Nilson Alves de Moraes ressalta uma distinção significativa que reflete uma realidade de natureza político-social em relação ao registro das memórias:

Há de um lado, uma memória oficial que atua no sentido de viabilizar a manutenção das estruturas sociais, que seleciona, ordena e classifica fatos, segundo critérios próprios, e se constrói considerando ou não silêncios, sombras, esquecimentos, repressões e estratégias de exclusão. De outro, há várias memórias subterrâneas que, empenhadas em viabilizar as mudanças reclamadas pela sociedade, transmitem, conservam e produzem lembranças e comportamentos proibidos, desqualificados ou ignorados pelos discursos e pelas representações predominantes. (2005, p. 98)

## **2. Memória e discurso**

Um aspecto, que merece ressalva (ligado ao fato de a memória como obra humana se manifestar num espaço de disputa) é o de que sua produção implica práticas discursivas para a transmissão e veiculação dos sentidos ideologicamente produzidos. Existe, portanto, uma relação muito estreita entre memória e discurso. A exteriorização da memória, convertida em discurso, acontece no âmbito de vários tipos linguagens, por exemplo, a fílmica, a jornalística, a da crítica literária. Observe-se, nesse sentido, o que diz Jöel Candau, em *Anthropologie de Mémoire*:

É evidente que foi a linguagem que, originariamente, permitiu essa exteriorização da memória humana e que, por isso, deve ser considerada como sua primeira extensão. Os etno-

textos e a literatura oral constituem seus principais arquivos. (*apud* OLIVEIRA; ORRICO, 2005, p. 85)

Nesta pesquisa, o enfoque da articulação entre memória e discurso será firmado a partir do exame de um *corpus* constituído pelas palavras de uma dada crítica sobre a literatura de cordel (aqui considerada como discurso memorial), destacando-se na análise a dimensão ideológica da ideia de “filiação”. Esse é o pressuposto básico que mobiliza este estudo.

Nas colocações de vários pesquisadores de literatura de cordel, uma das questões que se apresenta, frequentemente, é a indicação de que a “origem” do cordel estaria em terras lusitanas. Aqui convém ressaltar que, embora em escala reduzida, há pesquisadores contrários a esse modo de ver. A adoção do mito originário pode ser considerada como uma espécie de busca de uma raiz nobre para dar credibilidade ao marginalizado, ou seja, para atribuir valor a uma produção literária que ainda não recebeu o justo reconhecimento.

No bojo dessa filiação, aloja-se a concepção de tempo como origem, expressa na noção de existência de uma matriz ou um texto fonte. Assim é que constam, com frequência, nas obras, as palavras *matriz*, *origem*, *raiz*, *herança*, *fonte* e outras similares, como mostram as citações a seguir, a par de tantas outras que poderiam ser apresentadas:

A presença da literatura de cordel no Nordeste tem raízes lusitanas; veio-nos com o romancero peninsular, e possivelmente começam esses romances a ser divulgados, entre nós, já no século XVI, ou, no mais tardar, no XVII, trazidos pelos colonos em suas bagagens. (DIÉGUES JÚNIOR, 1973, p. 5)

Tem-se atribuído às “folhas volantes” lusitanas a origem da nossa literatura de cordel. Diga-se de passagem, e antes de mais nada, que o próprio nome que a consagrou entre nós também é usual em Portugal. (PROENÇA, 1977, p. 30)

Sua origem remonta às folhas volantes e aos manuscritos portugueses que, desde os fins do século XVI, percorrem o Nordeste brasileiro. (LONDRES, 1983, p. 29)

As palavras da crítica corroboram postulados de anterioridade, no sentido de fundamento originário e, com isso, reduzem, em maior ou menor grau, o cordel brasileiro à condição de imitação de um texto tutor, reforçando valores etnocêntricos e fatores de dependência cultural.

Em face desse quadro, vale examinar que o aludido procedimento dos críticos – vinculado a um modo de pensar a cultura, que consolida um discurso memorial hegemônico – representaria, em suma, com a reiteração de seu discurso sobre o passado, uma forma de atuação que os coloca na condição de “senhores da memória e do esquecimento” (para usar uma expressão de Le Goff).

Alinhada a uma ideologia de permanência, a crítica concebe, em geral, a relação entre as produções de cordel do Brasil e de Portugal dentro de uma espécie de ótica mítica de cordialidade (na tradição de Gilberto Freyre), o que lhe empresta uma coerência superficial, encobridora de confrontos. Para tanto, voltada para a afirmação de valores essencialistas, celebra as aproximações entre as duas produções e naturaliza/neutraliza as diferenças e os inevitáveis conflitos étnico-históricos, gerando efeitos de esquecimento/silenciamento de fatores e circunstâncias de apropriação de elementos de outras culturas – sobretudo as das comunidades indígenas, africanas e de colonos/emigrantes pobres, historicamente desprestigiadas –, com os quais o cordel do Brasil também interage.

Constata-se a presença de uma perspectiva crítica que busca dar contornos indistigáveis de homogeneidade ao diverso e híbrido, furtando-se a um confronto com as múltiplas raízes culturais. Assim, essa produção não é analisada

como evento plural dentro do contexto das relações econômicas e de poder da sociedade colonial.

Impera, nesse discurso memorial, a noção de que o curso da história tem um sentido e de que os países ditos “desenvolvidos”, por possuírem a primazia cultural, tomam a direção desse curso, estão na frente; nesse caso, a cultura do colonizado é colocada na condição de defasagem e subalternidade. Não se considera que o conhecimento se re(faz) permanente nas relações agonísticas (nos termos de uma negociação, ao invés de negação) entre instâncias discursivas contraditórias e oposicionais (BHABHA, 2007). Nesse caso, os lugares de memória não são pensados no *durante*, nas relações de confronto. Os embates e as instabilidades, que entram na construção da memória social do cordel brasileiro, são invisibilizados por uma visão monocultural excludente.

### 3. *Para finalizar*

Fica, portanto, como proposta para pesquisas futuras, uma análise mais minuciosa dessa memória plural que perpassa o cordel brasileiro, a fim de desnaturalizar um preconceito e uma visão redutora dele proveniente. Observa-se, nesse sentido, a necessidade de encontrar caminhos para a elaboração de estudos inclusivos, em que os grupos minoritários possam ver resgatados seu papel histórico e cultural no âmbito dessa literatura.

Para uma melhor compreensão da literatura de cordel do Brasil, as vias da memória, que precisam ser trilhadas e discutidas, são as da contramemória as quais se mantêm firmes em face das formas de poder da memória hegemônica. Trata-se de uma memória que se projeta para o futuro, pois se efetiva como criatividade subversiva em um contexto em que interação populações culturalmente distintas e historicamente ligadas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Paula; FERNANDES, Tania Maria. O diálogo da história oral com a historiografia contemporânea. In: VICARDI, Cláudia M. R.; DELGADO, Lucília de A. Neves. *História oral: teoria, educação e sociedade*. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

HABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

DELGADO, Lucília de A. Neves. *História oral: teoria, educação e sociedade*. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Características dos ciclos temáticos. In: \_\_\_\_\_. *Literatura popular em verso: estudos*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973, tomo I, p. 24-329.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.) *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

LONDRES, Maria José F. *Cordel, do encantamento às histórias de luta*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

MORAES, Nilson Alves. Memória social; solidariedade orgânica e disputa de sentidos. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.) *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. *A ideologia do cordel*. Rio de Janeiro: Brasília, 1977.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: \_\_\_\_\_. *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004.